



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Pressa. Ansiedade. E a sensação de que nunca é possível fazer tudo – além da certeza de que sua vida está passando rápido demais. Essas são as principais conseqüências de vivermos num mundo em que para tudo vale a regra do “quanto mais rápido, melhor”. Psiquiatras já discutem a existência de um distúrbio conhecido como “doença da pressa”, cujos sintomas seriam a alta ansiedade, dificuldade para relaxar e, em casos mais graves, problemas de saúde e de relacionamento. “Para nós, ocidentais, o tempo é linear e nunca volta. Por isso queremos ter a sensação de que estamos tirando o máximo dele. E a única solução que encontramos é acelerá-lo”, afirma o jornalista canadense Carl Honoré. “É um equívoco. A resposta desse dilema é qualidade, não quantidade.”*

*Para outros especialistas no assunto, a aceleração é uma escolha que fizemos. Somos como crianças descendo uma ladeira de skate. Gostamos da brincadeira, queremos mais velocidade. O problema é que nem tudo ao nosso redor consegue atender à demanda. Os carros podem estar mais rápidos, mas as viagens demoram cada vez mais por culpa dos congestionamentos. Semáforos vermelhos continuam testando nossa paciência, obrigando-nos a frear a cada quarteirão. Mais sorte têm os pedestres que podem apertar o botão que aciona o sinal verde – uma ótima opção para controlar a ansiedade, mas com efeito muitas vezes nulo. É um exemplo do que os especialistas chamam de “botões de aceleração”. Na teoria, deixam as coisas mais rápidas. Na prática, servem para ser apertados e só.*

*O que fazemos com os dois segundos, no máximo, que economizamos ao acionar aquela tecla que fecha a porta do elevador? E quem disse que apertá-la duas, quatro, dez vezes vai melhorar a eficiência? Elevadores, aliás, são os ícones da pressa em tempos velozes. Os primeiros modelos se moviam a vinte centímetros por segundo. Hoje, o mais veloz sobe doze metros por segundo. E, mesmo acelerando, estão entre os maiores focos de impaciência. Engenheiros são obrigados a desenvolver sistemas para conter nossa irritação, como luzes ou alarmes que antecipam a chegada do elevador e cuja única função é aplacar a ansiedade da espera.*

(Adaptado de Sérgio Gwercman, **Superinteressante**, março de 2005, p. 54-55)

1. *É um equívoco. A resposta desse dilema é qualidade, não quantidade.* (final do 1º parágrafo)

De acordo com a afirmativa acima,

- (A) tudo deve ser feito o mais rapidamente possível, pois é a maneira segura que têm as pessoas de acompanhar o estágio atual de desenvolvimento tecnológico.
- (B) a pressa que caracteriza o mundo moderno constitui a única possibilidade de usufruir tudo aquilo que ele pode nos oferecer.
- (C) devemos adequar-nos ao modo de vida atual, adaptando nosso ritmo às características modernas, que imprimem maior velocidade a todas as coisas.
- (D) é preciso aproveitar melhor o tempo de que dispomos, de uma forma menos agitada e mais prazerosa, dentro das comodidades oferecidas pela vida moderna.
- (E) tentar realizar o maior número de coisas num espaço mínimo de tempo é um engano, diante das inúmeras opções oferecidas pela vida moderna.

2. Identifica-se o efeito de uma ação e sua causa, respectivamente, no segmento:

- (A) *Para nós, ocidentais, o tempo é linear e nunca volta.*
- (B) *... mas as viagens demoram cada vez mais por culpa dos congestionamentos.*
- (C) *– uma ótima opção para controlar a ansiedade, mas com efeito muitas vezes nulo.*
- (D) *Na prática, servem para ser apertados e só.*
- (E) *E, mesmo acelerando, estão entre os maiores focos de impaciência.*

3. ... e cuja única função é aplacar a ansiedade da espera.

O pronome grifado acima substitui corretamente, por seu sentido no contexto, a expressão

- (A) dos engenheiros.
- (B) da nossa irritação.
- (C) das luzes ou alarmes.
- (D) dos focos de impaciência.
- (E) da chegada do elevador.

4. *É um exemplo do que os especialistas chamam de “botões de aceleração”.* (2º parágrafo)

O emprego das aspas na frase acima indica

- (A) criação de expressão nova, com incorporação de palavras de origem estrangeira.
- (B) emprego de palavras em sentido diverso do habitual dentro do idioma, como gíria.
- (C) aproximação de palavras de sentido oposto ao desenvolvimento do parágrafo.
- (D) introdução desnecessária de um juízo de valor num contexto de caráter objetivo.
- (E) reprodução de expressão utilizada por conhecedores do assunto desenvolvido.

5. ... a aceleração é uma escolha que fizemos. (2º parágrafo)  
 O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima, está em:  
 (A) *E quem disse que ...*  
 (B) *... queremos mais velocidade.*  
 (C) *... deixam as coisas mais rápidas.*  
 (D) *... cujos sintomas seriam a alta ansiedade ...*  
 (E) *Os primeiros modelos se moviam a vinte centímetros ...*

6. ... que antecipam a chegada do elevador.  
 Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal correta passa a ser:  
 (A) *antecipa.*  
 (B) *é antecipada.*  
 (C) *foi antecipada.*  
 (D) *tinha antecipado.*  
 (E) *foram antecipadas.*

7. A concordância verbo-nominal está correta na frase:  
 (A) *Na Revolução Industrial, com máquinas que trabalhavam mais rápido que o homem, tornaram-se bem mais velozes muitas atividades rotineiras.*  
 (B) *Toda a tecnologia que se encontra ao nosso alcance – internet, televisão, celulares – nos levam a fazer coisas sempre mais e mais velozmente.*  
 (C) *Os avanços tecnológicos que dão impulso ao mundo moderno está provocando uma onda de consumo, com trocas cada vez mais rápidas.*  
 (D) *O uso abusivo dos recursos oferecidos pela internet podem até mesmo comprometer o equilíbrio necessário a uma vida saudável.*  
 (E) *A velocidade com que é colocado à venda os novos produtos, cada um sempre mais rápido que o antecessor, alteraram os hábitos de consumo.*

8. *A tecnologia gera demanda por velocidade. A velocidade leva ao desenvolvimento de novas tecnologias com resultados cada vez mais rápidos. Vivemos hoje um círculo vicioso aparentemente inquebrável.*  
 As frases acima articulam-se em um único período com clareza, correção e lógica, da seguinte maneira:  
 (A) *A tecnologia gera demanda por velocidade, onde ela leva ao desenvolvimento de novas tecnologias de resultados sempre mais rápidos, pois vivemos hoje um círculo vicioso aparentemente inquebrável.*  
 (B) *A velocidade leva ao desenvolvimento de novas tecnologias de resultados cada vez mais rápidos: conquanto a tecnologia gera demanda por ela, onde vivemos hoje um círculo vicioso aparentemente inquebrável.*  
 (C) *Vivemos hoje um círculo vicioso aparentemente inquebrável: a tecnologia gera demanda por velocidade, que, por sua vez, leva ao desenvolvimento de novas tecnologias que resultam em maior rapidez.*  
 (D) *A tecnologia gera demanda por velocidade que, por nossa vez, vivemos hoje um círculo vicioso aparentemente inquebrável, com a velocidade que leva ao desenvolvimento de novas tecnologias resultantes de cada vez mais rápidas.*  
 (E) *A velocidade que leva ao desenvolvimento de novas tecnologias de resultados cada vez mais rápidas, de cuja tecnologia gera demanda por esta, por vivermos hoje um círculo vicioso aparentemente inquebrável.*

**Atenção:** As questões de números 9 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Antes de os telescópios existirem, os olhos definiam o que existia nos céus. Apenas a imaginação podia criar outras realidades para além da escuridão. Poucos na História ousaram propor que existiam outros mundos, camuflados pelas sombras. Foi o caso de Giordano Bruno, que por essas e outras heresias acabou seus dias na fogueira.*

*Tudo mudou quando Galileu provou, em 1610, que o telescópio permitia enxergar mundos que, sem ele, permaneceriam desconhecidos para sempre: a realidade material não se limitava ao imediatamente visível. Era inegável – mesmo que alguns tenham se recusado a acreditar – que Galileu havia descoberto quatro luas girando em torno de Júpiter, que jamais haviam sido vistas antes. A consequência dessa descoberta foi profunda: os segredos ocultos nos céus podem ser desvendados com o uso de técnicas de observação e telescópios mais sofisticados. Galileu iniciou uma nova tradição astronômica, a da caça aos mundos.*

*Em meados do século XX, vários outros mundos haviam sido descobertos. Girando em torno do Sol, os planetas Urano, Netuno e Plutão; em torno dos planetas, dezenas de luas; entre Marte e Júpiter, um cinturão de asteróides, restos rochosos de um planeta que nunca se formou. Os astrônomos não tinham dúvida de que, com telescópios mais poderosos, novos mundos seriam descobertos. O mistério, no entanto, permanecia. Que mundos seriam esses? E o que poderiam nos dizer sobre a formação do Sistema Solar e sobre o passado da Terra – o nosso passado?*

(Adaptado de Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo, Mais!**, 5 de março de 2006, p. 9)

9. Conclui-se corretamente do texto que  
 (A) *o espaço sideral sempre constituiu a fonte de indagações sobre o mistério da vida humana na Terra e, possivelmente, em outros planetas.*  
 (B) *a astronomia é um ramo do conhecimento humano que oferece poucas bases realmente científicas, pois seu campo de estudos é infinito e cheio de mistérios.*  
 (C) *a existência de outros corpos celestes, além da Terra, foi um assunto sempre deixado de lado, por causa da perseguição religiosa aos primeiros astrônomos.*  
 (D) *o desenvolvimento de novas técnicas de observação, além de aparelhos mais possantes, permitiu aos astrônomos decifram os inúmeros mistérios do espaço sideral.*  
 (E) *a ampliação do conhecimento humano sobre o Universo tornou-se possível com a invenção de novos instrumentos que propiciaram inúmeras descobertas.*

<p>10. Uma possível resposta para o mistério colocado nas questões finais do texto é:</p> <p>(A) Observar luas em torno de planetas leva à conclusão de que técnicas de observação mais modernas e adequadas abrem o caminho para uma realidade material.</p> <p>(B) Identificar novos mundos e nomeá-los sempre foi a maneira como os primeiros cientistas tentaram explicar a realidade em que viviam.</p> <p>(C) Esclarecer os segredos ocultos nos mundos perdidos no espaço foi o objetivo dos astrônomos, desde o início dos tempos.</p> <p>(D) Estudar novos mundos nos remete às nossas origens, pois dividimos o mesmo passado, que se encontra na origem do Sistema Solar.</p> <p>(E) Imaginar outras possíveis realidades no infinito espaço cósmico foi uma atitude sempre apoiada na fé professada pelos primeiros astrônomos.</p>	<p>14. ... que, sem ele, <u>permaneceriam</u> desconhecidos para sempre ... (2<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>O emprego da forma verbal grifada acima indica, no contexto,</p> <p>(A) prolongamento de um fato que se realiza até o momento presente.</p> <p>(B) admiração concreta por ter sido possível a realização de um fato.</p> <p>(C) idéia aproximada a realizar-se num futuro próximo.</p> <p>(D) possibilidade de realização de um fato, na dependência de uma condição.</p> <p>(E) declaração real com limites imprecisos de tempo.</p>
<p>11. Antes de os telescópios existirem, os olhos definiam o que existia nos céus.</p> <p>A frase inicial do texto significa corretamente, em outras palavras,</p> <p>(A) Antes da invenção de telescópios, a observação do espaço limitava-se ao alcance da vista humana.</p> <p>(B) Com instrumentos como telescópios, foi possível aos olhos humanos descobrir todo o espaço celeste.</p> <p>(C) Tudo o que existia nos céus era determinado pelas pessoas, antes que elas tivessem os telescópios.</p> <p>(D) A definição de céu existia ainda antes de serem inventados os telescópios.</p> <p>(E) Observando o espaço com a ajuda de telescópios, os olhos os definiram bem antes.</p>	<p>15. Resultados da observação do espaço começaram ..... chegar com o desenvolvimento de dispositivos capazes de detectar luz bem fraca, pondo em questão a definição de planeta, como Plutão, e de alguns corpos celestes cujas órbitas em torno do Sol estão ..... distâncias bem maiores do que ..... existente entre a Terra e o Sol.</p> <p>As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas, respectivamente, por</p> <p>(A) a - a - à</p> <p>(B) a - a - a</p> <p>(C) à - à - a</p> <p>(D) à - a - à</p> <p>(E) a - à - à</p>
<p>12. – mesmo que alguns tenham se recusado a acreditar – (2<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>A frase isolada pelos travessões denota, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) condição.</p> <p>(B) conclusão.</p> <p>(C) finalidade.</p> <p>(D) proporcionalidade.</p> <p>(E) ressalva.</p>	<p><b>LEGISLAÇÃO APLICADA: LEI Nº 6.123 de 20.07.68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco</b></p> <p>16. O funcionário empossado em cargo público de provimento efetivo que não entrar em exercício no prazo de</p> <p>(A) 15 (quinze) dias improrrogáveis, cujo termo <i>a quo</i> corresponde ao dia da nomeação, deverá ser afastado de suas funções.</p> <p>(B) até 20 (vinte) dias, cujo termo inicial corresponde à data da homologação do concurso público, se sujeitará à invalidação do ato de sua designação.</p> <p>(C) 30 (trinta) dias, contados da data da posse, perderá o cargo, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.</p> <p>(D) até 45 (quarenta e cinco) dias, poderá ser punido com pena disciplinar de advertência, após regular processo administrativo.</p> <p>(E) 60 (sessenta) dias, contados da data da aprovação em concurso público, será demitido do cargo, salvo motivo de força maior.</p>
<p>13. ... que por essas e outras heresias <u>acabou</u> seus dias na fogueira. (1<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... que existia nos céus.</p> <p>(B) A consequência dessa descoberta foi profunda ...</p> <p>(C) Galileu iniciou uma nova tradição astronômica, a da caça aos mundos.</p> <p>(D) ... de que, com telescópios mais poderosos, novos mundos seriam descobertos.</p> <p>(E) O mistério, no entanto, permanecia.</p>	<p>17. Por meio do regular processo administrativo, comprovou-se que determinado funcionário público civil retirou, sem prévia autorização da autoridade competente, documentos da repartição que versavam sobre procedimentos licitatórios. Em virtude deste fato, referido funcionário poderá ser, em tese, punido com pena disciplinar de</p> <p>(A) suspensão por até 30 (trinta) dias.</p> <p>(B) demissão a bem do serviço público.</p> <p>(C) repreensão e disponibilidade a bem do serviço público.</p> <p>(D) multa na base de 15 % (quinze por cento) por dia de vencimento.</p> <p>(E) exoneração ou destituição do cargo, à critério da autoridade superior.</p>

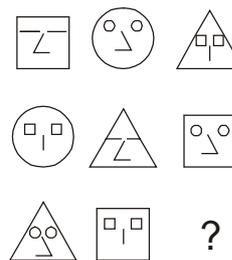
18. Com relação ao processo administrativo, é INCORRETO afirmar que
- (A) da sindicância poderá resultar, dentre outros casos, a aplicação da pena de repreensão, quando comprovada a desobediência ou falta de cumprimento do dever.
  - (B) o inquérito administrativo será promovido por uma comissão composta de três funcionários, designada pela autoridade competente.
  - (C) a sindicância será instaurada quando a falta funcional não se revele evidente ou quando for incerta a autoria.
  - (D) o funcionário indiciado em inquérito administrativo só poderá ser exonerado se reconhecida a sua inocência.
  - (E) durante o inquérito administrativo, o indiciado será citado para apresentar defesa no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

19. O funcionário público civil poderá acumular, de forma remunerada,
- (A) um cargo junto a uma autarquia estadual e outro perante determinada empresa pública federal, independente da compatibilidade de horários, mas condicionado à correlação de matérias.
  - (B) um cargo de professor com outro de técnico ou científico, independente da compatibilidade de horários, mas condicionado à comprovação de relevante interesse público.
  - (C) até três cargos públicos, cujo exercício fica condicionado à autorização do chefe do executivo estadual.
  - (D) dois cargos de professor de biologia em estabelecimentos estaduais de ensino médio, desde que haja compatibilidade de horários.
  - (E) até dois cargos em comissão providos mediante concurso público de provas e títulos.

20. No que tange às licenças, observe as afirmações abaixo.
- I. Após cada biênio de serviço efetivo prestado ao Estado, poderá ser concedida ao funcionário licença prêmio por dois meses, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo.
  - II. Depois de cinco anos de efetivo exercício, o servidor poderá obter licença sem vencimentos, para tratar de assunto de interesse particular, por prazo não superior a dois anos.
  - III. Ao funcionário convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com vencimento integral.
  - IV. Será sempre integral o vencimento do funcionário licenciado para tratamento de saúde.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
  - (B) III e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II e III.
  - (E) I e IV.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO**

21. Considere a seqüência de figuras abaixo.



A figura que substitui corretamente a interrogação é:

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

22. Todas as estrelas são dotadas de luz própria. Nenhum planeta brilha com luz própria. Logo,
- (A) todos os planetas são estrelas.
  - (B) nenhum planeta é estrela.
  - (C) todas as estrelas são planetas.
  - (D) todos os planetas são planetas.
  - (E) todas as estrelas são estrelas.

23. Aquele policial cometeu homicídio. Mas centenas de outros policiais cometeram homicídios, se aquele policial cometeu. Logo,
- (A) centenas de outros policiais não cometeram homicídios.
  - (B) aquele policial não cometeu homicídio.
  - (C) aquele policial cometeu homicídio.
  - (D) nenhum policial cometeu homicídio.
  - (E) centenas de outros policiais cometeram homicídios.

24. Assinale a alternativa que substitui corretamente a interrogação na seguinte seqüência numérica: **6 11 ? 27**
- (A) 15
  - (B) 13
  - (C) 18
  - (D) 57
  - (E) 17

25. Há cinco objetos alinhados numa estante: um violino, um grampeador, um vaso, um relógio e um tinteiro. Conhecemos as seguintes informações quanto à ordem dos objetos:

- O grampeador está entre o tinteiro e o relógio.
- O violino não é o primeiro objeto e o relógio não é o último.
- O vaso está separado do relógio por dois outros objetos.

Qual é a posição do violino?

- (A) Segunda posição.
- (B) Terceira posição.
- (C) Quarta posição.
- (D) Quinta posição.
- (E) Sexta posição.

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

**Atenção:** Para responder às questões de números 26 a 30 considere integralmente o texto abaixo:

*Todos os textos produzidos no editor de textos padrão deverão ser publicados em rede interna de uso exclusivo do órgão, com tecnologia semelhante à usada na rede mundial de computadores.*

*Antes da impressão e/ou da publicação os textos deverão ser verificados para que não contenham erros.*

*Alguns artigos digitados deverão conter a imagem dos resultados obtidos em planilhas eletrônicas, ou seja, linhas, colunas, valores e totais.*

*Todo trabalho produzido deverá ser salvo e cuidados devem ser tomados para a recuperação em caso de perda e também para evitar o acesso por pessoas não autorizadas às informações guardadas.*

*Os funcionários serão estimulados a realizar pesquisas na internet visando o atendimento do nível de qualidade da informação prestada à sociedade, pelo órgão.*

*O ambiente operacional de computação disponível para realizar estas operações envolve o uso do MS-Windows, do MS-Office, das ferramentas Internet Explorer e de correio eletrônico, em português e em suas versões padrões mais utilizadas atualmente.*

Observação: Entenda-se por mídia removível disquetes, CD's e DVD's graváveis, Pen Drives (mídia removível acoplada em portas do tipo USB) e outras funcionalmente semelhantes.

26. O arquivo que contém o texto, tendo sido gravado no disco rígido,

- (A) não pode ser salvo em uma mídia removível mesmo com senha.
- (B) em função das restrições do enunciado, pode ser salvo em um Pen Drive sem o uso de senha.
- (C) deve ser salvo também em uma mídia removível com senha.
- (D) não precisa ser gravado em nenhuma outra mídia.
- (E) não precisa de senha, se for gravado em CD.

27. As células que contêm cálculos feitos na planilha eletrônica,

- (A) quando “coladas” no editor de textos, apresentarão resultados diferentes do original.
- (B) não podem ser “coladas” no editor de textos.
- (C) somente podem ser copiadas para o editor de textos dentro de um limite máximo de dez linhas e cinco colunas.
- (D) só podem ser copiadas para o editor de texto uma a uma.
- (E) quando integralmente selecionadas, copiadas e “coladas” no editor de textos, serão exibidas na forma de tabela.

28. O arquivo com o texto

- (A) não poderá ser acessado posteriormente se não for salvo dentro de uma pasta.
- (B) ao ser salvo terá regularmente referência de tamanho, tipo e data de modificação.
- (C) se não for salvo em uma pasta, não terá referência de data de modificação.
- (D) se não for salvo em uma pasta, não terá referência de tamanho.
- (E) não poderá ser acessado posteriormente se for salvo dentro de uma pasta.

29. O envio do arquivo que contém o texto, por meio do correio eletrônico, deve considerar as operações de

- (A) anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Cco”.
- (B) de desanexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Para”.
- (C) de anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Cc”.
- (D) de desanexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Cco”.
- (E) de anexação de arquivos e de inserção dos endereços eletrônicos dos destinatários no campo “Para”.

30. A pesquisa das palavras-chave

- (A) só logra sucesso se for feita por meio da Intranet do órgão.
- (B) deve ser feita por meio de ferramentas de apresentação.
- (C) não logra sucesso se não for usado o correio eletrônico.
- (D) envolve o uso de ferramentas de busca.
- (E) só logra sucesso com o uso do Windows Explorer.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Considere as afirmativas abaixo sobre domicílio civil.
- I. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
  - II. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, apenas sua sede será considerada domicílio para quaisquer atos praticados.
  - III. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
  - IV. Nos contratos escritos, o domicílio deve ser necessariamente o local da residência dos contraentes.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

32. No que concerne ao negócio jurídico, é correto afirmar:
- (A) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
  - (B) a validade da declaração de vontade, em regra, depende de forma especial para produzir efeitos.
  - (C) a manifestação de vontade, em regra, não subsiste se o seu autor fez reserva mental de não querer o que manifestou.
  - (D) o silêncio importa anuência, inclusive quando o negócio jurídico exigir declaração de vontade expressa.
  - (E) os negócios jurídicos, que trazem algum benefício, devem ser interpretados de forma extensiva.

33. O prazo de prescrição
- (A) pode, em regra, ser alterado por acordo das partes.
  - (B) é de dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
  - (C) iniciado contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
  - (D) não pode ser renunciado pelas partes, havendo expressa vedação neste sentido.
  - (E) pode ser interrompido mais de uma vez por protesto cambial.

34. Considere as afirmativas abaixo sobre responsabilidade civil.
- I. É responsável pela reparação civil, desde que comprovada a culpa de sua parte, o empregador pelos atos praticados pelos seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
  - II. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
  - III. O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por ele causado, se não comprovar culpa da vítima ou força maior.
  - IV. Aquele que ressarcir o dano causado por seu descendente relativamente incapaz poderá reaver o que houver pago daquele por quem pagou.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

35. A pessoa jurídica
- (A) que tiver administração coletiva, terá suas decisões tomadas, em regra, por dois terços dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
  - (B) pode ser exclusivamente de direito público interno e de direito privado.
  - (C) estará obrigada pelos atos de seus administradores, exercidos ou não no limite de seus poderes definidos no ato constitutivo.
  - (D) não subsistirá para fins de liquidação após a sua dissolução.
  - (E) terá assegurada a proteção dos direitos da personalidade, no que couber.

36. São incapazes, relativamente, a certos atos, ou à maneira de os exercer:
- (A) os que, por enfermidade, não tiverem o discernimento necessário para a prática de atos da vida civil.
  - (B) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
  - (C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
  - (D) os indivíduos com dezessete anos de idade, emancipados pelos pais.
  - (E) os menores de dezesseis anos.

<p>37. Considere as afirmativas abaixo a respeito da capacidade processual.</p> <p>I. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.</p> <p>II. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que tenham por objeto a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.</p> <p>III. A herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente por seu curador.</p> <p>IV. As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>40. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória,</p> <p>(A) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz e revistos pelo servidor quando necessários.</p> <p>(B) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz e revistos pelo servidor quando necessários.</p> <p>(C) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.</p> <p>(D) independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.</p> <p>(E) dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo juiz, não se admitindo qualquer tipo de revisão em razão da característica ordinária do ato.</p>
<p>38. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos</p> <p>(A) antes das partes, sendo intimado apenas dos atos decisórios do processo.</p> <p>(B) antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.</p> <p>(C) concomitantemente com o autor, sendo intimado de todos os atos do processo.</p> <p>(D) concomitantemente com o réu, sendo intimado de todos os atos do processo.</p> <p>(E) depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.</p>	<p>41. Com relação a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, é correto que</p> <p>(A) concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.</p> <p>(B) o juiz poderá de ofício antecipar parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, quando se convencer da verossimilhança da alegação.</p> <p>(C) a tutela antecipada não poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.</p> <p>(D) presentes os pressupostos legais, se concederá a antecipação da tutela, inclusive quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.</p> <p>(E) a tutela antecipada poderá ser modificada por decisão fundamentada, mas não poderá, em regra, ser revogada.</p>
<p>39. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando</p> <p>(A) interveio no processo como mandatário da parte, oficiou como perito ou funcionou como órgão do Ministério Público.</p> <p>(B) alguma das partes for credora ou devedora de seu cônjuge ou de parentes deste, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.</p> <p>(C) conheceu do processo em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.</p> <p>(D) no processo estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu consanguíneo.</p> <p>(E) for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, colateral, até o terceiro grau.</p>	<p>42. Indeferida a petição inicial, o autor poderá</p> <p>(A) interpor embargos infringentes, facultado ao juiz reformar sua decisão.</p> <p>(B) interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz reformar sua decisão.</p> <p>(C) apelar, facultado ao juiz reformar sua decisão.</p> <p>(D) apelar, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.</p> <p>(E) interpor agravo de instrumento, sendo defeso ao juiz reformar sua decisão.</p> <p>43. A reconvenção será oferecida, em regra,</p> <p>(A) simultaneamente com a contestação, em forma de preliminar de mérito, no prazo de 30 dias.</p> <p>(B) simultaneamente com a contestação, em forma de preliminar de mérito, no prazo de 15 dias.</p> <p>(C) em peça autônoma, no prazo de 10 dias após o oferecimento da contestação, contados da sua protocolização.</p> <p>(D) em peça autônoma, no prazo de 5 dias após o oferecimento da contestação, contados da sua protocolização.</p> <p>(E) simultaneamente com a contestação, em peças autônomas, no prazo de 15 dias.</p>

<p>44. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. O réu revel</p> <p>(A) não poderá, em qualquer fase, intervir no processo, sendo este um dos efeitos da revelia.</p> <p>(B) poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.</p> <p>(C) só poderá intervir no processo antes da realização de qualquer espécie de prova, por expressa determinação legal.</p> <p>(D) só poderá intervir no processo após a prolação de sentença, podendo interpor o recurso cabível da decisão.</p> <p>(E) só poderá intervir no processo após a realização de todas as provas requeridas pelo autor e desde que não tenha sido proferida sentença.</p>	<p>48. Considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Está consumado o crime quando o fato concreto se subsume ao tipo abstrato descrito na lei penal.</p> <p>II. São elementos da tentativa, a cogitação do crime, os atos preparatórios e os atos de execução.</p> <p>III. No arrependimento eficaz, o agente, embora tenha iniciado a execução do crime, não a leva adiante, abandonando a sua realização.</p> <p>IV. Para a caracterização da desistência voluntária, é imprescindível que o agente esgote os atos de execução e em seguida atue evitando que o resultado ocorra.</p> <p>V. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.</p> <p>É correto APENAS o que se afirma em:</p> <p>(A) I e V.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>
<p>45. Da decisão que não admitir os embargos infringentes caberá</p> <p>(A) apelação, em quinze dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.</p> <p>(B) agravo, em quinze dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.</p> <p>(C) apelação, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.</p> <p>(D) agravo, em cinco dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.</p> <p>(E) apelação, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.</p>	<p>49. Exclui a punibilidade do sujeito do crime</p> <p>(A) o estado de necessidade.</p> <p>(B) a legítima defesa.</p> <p>(C) a embriaguez fortuita.</p> <p>(D) o estrito cumprimento do dever legal.</p> <p>(E) o exercício regular de direito.</p>
<p>46. Em tema de crimes e contravenções, é correto afirmar que</p> <p>(A) às contravenções é cominada, pela lei, a pena de reclusão ou de detenção e multa, esta última sempre alternativa ou cumulativa com aquela.</p> <p>(B) fato típico é o comportamento humano positivo ou negativo que provoca, em regra, um resultado, e é previsto como infração penal.</p> <p>(C) são elementos do crime, apenas a antijuridicidade e a punibilidade.</p> <p>(D) a existência de causas concorrentes para o resultado de um fato, preexistentes ou concomitantes com a do agente, sempre excluem a sua responsabilidade.</p> <p>(E) para haver crime é necessário que exista relação de causalidade entre a conduta e o seu autor.</p>	<p>50. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o agente público que pratica ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, está sujeito, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos de</p> <p>(A) quatro a sete anos e indisponibilidade dos bens por dois anos.</p> <p>(B) três a seis anos e multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração pelo agente público improbo.</p> <p>(C) dois a cinco anos e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.</p> <p>(D) cinco a oito anos e perda da função pública.</p> <p>(E) seis a dez anos e integral ressarcimento do dano patrimonial efetivo, acrescido da multa de vinte por cento sobre o prejuízo.</p>
<p>47. Em relação ao Dolo e a Culpa, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) age com culpa por negligência, o agente que por inércia psíquica ou indiferença, podendo tomar as cautelas exigíveis, não o faz por displicência.</p> <p>(B) salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.</p> <p>(C) a quantidade da pena para o crime não varia segundo a espécie de dolo.</p> <p>(D) na culpa consciente o agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorra, enquanto na culpa inconsciente o agente não prevê o resultado que é previsível.</p> <p>(E) no dolo eventual ou também chamado de culpa própria, o agente realiza a conduta com a vontade firme e definida de obter o resultado pretendido.</p>	<p>51. O agente público que NÃO pode ser considerado sujeito ativo do crime de responsabilidade, nos termos da Lei nº 1.079/50, é</p> <p>(A) Juiz Diretor de Foro ou função equivalente no primeiro grau de jurisdição.</p> <p>(B) Advogado-Geral da União.</p> <p>(C) Secretário de Estado.</p> <p>(D) Procurador-Geral de Justiça dos Estados.</p> <p>(E) Presidente Nacional e das Seções Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil.</p>

<p>52. Quando a ação penal pública for condicionada à representação do ofendido, o exercício desta pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo</p> <p>(A) exclui o direito destes de exercerem a ação penal pública subsidiária.</p> <p>(B) impede o Ministério Público de requisitar diligências à autoridade policial.</p> <p>(C) não torna obrigatório o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.</p> <p>(D) impede o Ministério Público de requerer o arquivamento do inquérito policial.</p> <p>(E) torna obrigatório o recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público.</p>	<p>57. A respeito das nulidades no processo penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) a nulidade de ato processual será declarada ainda que não houver influído na decisão da causa.</p> <p>(B) a nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam conseqüência.</p> <p>(C) da decisão que anula o processo, no todo ou em parte, não cabe qualquer recurso.</p> <p>(D) a nulidade de ato processual será declarada ainda que não houver influído na apuração na verdade substancial.</p> <p>(E) as nulidades relativas considerar-se-ão sanadas se, praticado de outra forma, o ato tiver atingido o seu fim.</p>
<p>53. A ação penal pública será promovida por</p> <p>(A) queixa do ofendido.</p> <p>(B) requisição do Ministro da Justiça.</p> <p>(C) representação do ofendido.</p> <p>(D) denúncia do Ministério Público.</p> <p>(E) requisição judicial.</p>	<p>58. O Ministério Público não poderá</p> <p>(A) deixar de recorrer de sentença que tenha aplicado a pena mínima.</p> <p>(B) deixar de recorrer de sentença absolutória.</p> <p>(C) recorrer da sentença em ação penal privada subsidiária.</p> <p>(D) desistir de recurso que haja interposto.</p> <p>(E) deixar de recorrer da sentença que rejeitar a denúncia.</p>
<p>54. Considere:</p> <p>I. Juiz.</p> <p>II. Escrivão.</p> <p>III. Oficial de Justiça.</p> <p>IV. Ministério Público.</p> <p>V. Acusado.</p> <p>São sujeitos da relação processual os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, IV e V.</p> <p>(B) I e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) III, IV e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>59. De acordo com o Código de Processo Penal,</p> <p>(A) a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, salvo a hipótese de má-fé.</p> <p>(B) a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, ainda que tenha agido de má-fé.</p> <p>(C) a interposição de um recurso por outro impede o respectivo conhecimento, tenha ou não a parte agido de má-fé.</p> <p>(D) a interposição de um recurso por outro não impede o respectivo conhecimento, mesmo que interposto fora de prazo.</p> <p>(E) a interposição fora de prazo e a má-fé não justificam o não recebimento de recurso interposto erroneamente pela parte.</p>
<p>55. A ação penal condenatória transitada em julgado</p> <p>(A) não impede a discussão da existência do fato, em virtude da responsabilidade civil ser independente da criminal.</p> <p>(B) não impede a discussão do dolo no cível, pois a responsabilidade civil é independente da criminal.</p> <p>(C) é título executório civil, apesar da responsabilidade civil ser independente da criminal.</p> <p>(D) não impede que, através de outros meios de prova, o réu prove não ter sido o autor do fato.</p> <p>(E) impede o réu de discutir o montante do ressarcimento devido a título de reparação do dano.</p>	<p>60. Considere os recursos abaixo.</p> <p>I. Apelação.</p> <p>II. Recurso em Sentido Estrito.</p> <p>III. Protesto por Novo Júri.</p> <p>IV. Agravo de Petição.</p> <p>V. Recurso Especial.</p> <p>VI. Recurso Extraordinário.</p> <p>São cabíveis, dentre outros, no âmbito do processo penal brasileiro, os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III, V e VI.</p> <p>(C) I, II, IV, V e VI.</p> <p>(D) II, III, IV e VI.</p> <p>(E) II, IV, V e VI.</p>
<p>56. As omissões da queixa poderão ser supridas a todo tempo antes</p> <p>(A) do respectivo recebimento.</p> <p>(B) da sentença final.</p> <p>(C) do início da instrução.</p> <p>(D) do encerramento da instrução.</p> <p>(E) do trânsito em julgado da sentença.</p>	